

Brasil: dos conflitos entre os colonizadores e da resistência a luz de Caio Prado Júnior

As relações sociais e de trabalho vindas às terras tropicais proporcionam ainda no século XXI frutíferos debates quanto as interpretações sobre a formação social brasileira. A supremacia do indivíduo branco presente em Nina Rodrigues¹, o papel ínfimo do índio e do negro na constituição de nossa cultura lusotropical como em Gilberto Freyre², a malemolência cordial do brasileiro de Sérgio Buarque de Holanda³, ao Brasil germinalmente imperialista na produção de uma classe trabalhadora revolucionária em Caio Prado Júnior⁴, à protocélula índia do brasileiro de Darcy Ribeiro⁵. Dentre diversa possibilidade de interpretação das condições objetivas e subjetivas do Brasil brasileiro, aquilo que instiga minha curiosidade vem no sentido de entender as relações que formaram o Brasil suas instâncias regulamentadoras de mercado e comportamentos, para isso busco na interpretação de Caio Prado Júnior algumas possíveis respostas.

O Brasil tem uma formação social, cultural e biológica muito curiosa. E em busca de perceber as relações de poder e dominação no Brasil do século XXI e a resistência por parte dos comunistas, objetivo para o futuro, faz-se necessária, por hora, uma digressão as condições de formação política e econômica do Estado brasileiro, seus sujeitos históricos, as condições de trabalho e as formas de resistência a dominação portuguesa e posteriormente ao domínio direto dos grandes proprietários de terras e indústrias.

Neste sentido é possível na obra de Caio Prado investigar tais elementos, buscarei assim em a “Evolução Política do Brasil”⁶ elementos da constituição do Estado Imperial e nas resistências descritas pelo autor, tentar identificar o caráter político e ideológico nelas presentes. O sentido da colonização brasileira, as relações de trabalho e delas a constituição da classe trabalhadora e suas formas de consciência e dominação, são temas amplamente estudados nas ciências sociais, seja nos domínios das mudanças no mundo do trabalho para a sua manutenção e/ou

-
- 1 NINA RODRIGUES, Raimundo. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, Brasília, UnB, 1988 (Introdução e caps. VIII e XIX)
 - 2 **Interpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e regenerados. Lincoln Secco e Luiz Bernardo Pericás (orgs.) Ed. Boitempo. SP. 2014. p. 153/168; FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Editora Record, Rio de Janeiro, 1998, cap. IV, 34ª edição, pág. 372.
 - 3 HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 13. ed. Rio de Janeiro (RJ): J. Olympio, 1979. 154p
 - 4 PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 3. ed. São Paulo (SP): Brasiliense, 1968. 362p
 - 5 RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a Civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
 - 6 PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**: e outros estudos. São Paulo (SP): Companhia das letras, 2012.

transformação radical. Neste presente ensaio, busco, apreender de nossa originária formação societária as manifestações de dominação capitalista e da resistência as relações de trabalho impostas neste território e expressões destas relações no íterim da produção do ser social brasileiro. A curiosidade que instiga tal investigação na teoria social brasileira, vem no caminho de captar o sentido da dominação e das condições de resistência e averiguar da validade das reflexões sobre a formação brasileira durante tempo de dominação monárquica da Coroa portuguesa até a dominação de uma “burguesia monárquica”, conforme indica Caio Prado júnior em a “Evolução Política do Brasil” (1933), seus conflitos internos e as formas de coação das resistências a dominação Imperial por ele descritas. Assim, direciono esta reflexão, à investigação teórica da formação política do Estado brasileiro, em busca de identificar as rupturas e as possíveis continuidades na formação social brasileira.

Colonização; trabalho; luta de classes; Estado; dominação; e resistência

Uma breve síntese

Evolução Política do Brasil, obra em que Caio Prado Júnior faz uma síntese dos processos de disputa pelas relações de poder e comando do Estado brasileiro, as condições históricas de dominação da monarquia portuguesa, a subordinação das terras ao monopólio monocultor e agroexportador em detrimento de formação de um mercado interno em que as relações escravas de trabalho são a máxima expressão. As disputas e conflitos internos entre os proprietários das terras desde Portugal até os que passam a se identificar enquanto brasileiros e defender uma constituição de nação e relações econômicas que não correspondiam com os interesses vindos do além-mar, que culminará nos conflitos que fundam a independência do Brasil. Caio Prado apresenta estes conflitos inter-classes dominantes, mostra que aqui a luta de classes foi as vias de fato de enfrentamento armado na defesa de seus interesses “nacionais” utilizando-se das massas pobres, ou seja, da classe trabalhadora escravizada e alguns segmentos minoritariamente assalariados para a defesa de seus interesses nacionais, porém, foi, como na revolução francesa, a classe trabalhadora que foi as ruas e enfrentou para ter em seguida somente mudado seus dominadores. Identifica que neste processo confuso de consciência da classe trabalhadora, os dominadores, criam entre a classe trabalhadora conflitos que os forjam em oposição, além da coerção via instrumentos repressores do estado e

privados e da forma de consciência de ser brasileiro fundada no aspirante privilégio aristocrático.

O sentido da colonização;

o que trouxe às terras tropicais embarcações europeias, primariamente, as portuguesas, fora a expansão comercial; período de transição política econômica em que as bases de relações de trabalho estavam a cambiar, promovendo nesse movimento, modificações no cunho das relações mercantis, de produção das mercadorias e das condições e formas de domínio e consciência de classe; uma nova dinâmica de poder social que se dá na relação antagônica entre as classes e não entre os indivíduos, na medida em que no capitalismo as relações deixaram de ser entre o artesão ou produtor direto com o comprador e passam a ser do proprietário da produção com o empregado assalariado que não tem mais noção da produção em sua completude. (MARX, 1867)⁷. Foi o vento que soprou às terras tropicais embarcações portuguesas, um achado, à América! Um acaso do tempo que acá, promoveu das maiores empresas de colonização, dominação via assassinio, roubo e submissão de povos à expansão mercantil sob égide do trabalho escravo.

As embarcações do além-mar, tinham por objetivo a circulação e captação de mercadorias, especiarias e metais preciosos, era de prática as investidas junto a povos já em um nível de sociabilidade desenvolvido que em algum grau, as relações de trabalho produziam excedente, por isso, ao depararem-se com as terras tropicais chamada por eles de continente americano, deparam-se com povos em grau de sociabilidade que não correspondia a nenhuma civilização, viram nestas terras e de início na extração de madeira o gérmen do lucrativo negócio. Baseado no pensamento eurocêntrico, que punha o homem branco europeu no topo da evolução social, na expressão ideológica da expansão lusitana e nas missões jesuíticas que objetivara a dominação portuguesa via a língua portuguesa e da ordem de cristo, abordaram os viventes nestas terras, seres determinados pelos portugueses, sem alma e que devem ser colonizados e catequizados. Assim, Caio Prado afirma a importância dos jesuítas “na colonização do Brasil e da América em geral ocupa um lugar de destaque e sem precedentes na história das missões cristãs.” p.25⁸

7 MARX, Karl. O capital: crítica da economia política : livro 1 : o processo de produção do capital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

8 PRADO JUNIOR, Caio. Evolução política do Brasil: e outros estudos. São Paulo (SP): Companhia das letras, 2012.

Quando Maquiavel⁹ elaborou seu presente ao Príncipe da Itália, indicou que: quando algum estado ou povo vem a ser dominado, sobretudo quando este se rege por leis próprias ou vivem em algum tipo de liberdade, os dominadores devem: 1) arruiná-lo; 2) ir morar neles; 3) deixar que vivam com as leis suas organizadas pelo dominador (uma falácia). Pode-se perceber que em terras brasilíndias se seguiu, de certa forma, as orientações de Maquiavel ao Príncipe da Itália. Primeiro dominaram e ao inserirem as doenças e cultura europeia, seja via missões jesuíticas seja via relações de trabalho escravas, arruinaram o povo nativo mesmo sem ainda efetivar em terra a ocupação; seguindo então, com muitas dificuldades concretas, a empresa da colonização a enviar para estas terras colonos ricos e cristãos, pois o critério principal era ser nobre e cristão, uma ocupação errática, pois nestas terras a ocupação foi violenta obrigatória e majoritariamente feita pelos africanos sujeitados a escravidão, para então constituir meio torta a extensão da corte na terra chamada Brasil.

Em uma oportuna forma de estado absolutista em tempos de revolução, que mantinha, porém, destruía(troi) as formas de organização, relações de trabalho e vida dos povos indígenas. É inevitável, no decorrer das leituras, remeter ao Brasil a espécie de “acumulação primitiva”¹⁰ ao se perceber nas formas de expropriação das terras dos Índios e na formação de um país prioritariamente agrário para a potencialização das forças capitalistas e que reproduziu análoga e tardiamente as formas coercitivas empregadas na então acumulação primitiva europeia.

Assim a empresa de colonização do Brasil, tendo enfrentado as disputas interclasses entre os dominadores europeus, como no caso da dominação britânica em pernambuco, pelo domínio de território, consolidou-se na produção do açúcar pelo braço escravo. Dois comércios de alto rendimento. A exploração da força de trabalho, a circulação e o tráfico de pessoas e do açúcar de alta qualidade para exportação. A combinação do sucesso inicial da empresa colonizatória.

Neste tempo de, para os europeus, descoberta do continente americano pelos espanhóis, ingleses e portugueses e franceses os outros dominavam o mundo e efetivam o nascimento da indústria do capitalismo na sua dimensão internacional de expropriação e exploração do trabalho. Em tempo de efetivação do trabalho livre, da

9 MACHIAVELLI, Niccóló. O príncipe: comentários de Napoleão Bonaparte. 12. ed. São Paulo: Hemus, c1996. 216p. p. 30

10 IDEM 1

propriedade privada capitalista, da derrocada do estado absolutista para a constituição da democracia burguesa sob a forma de repúblicas, estados nacionais e aqui, na então colônia, se reproduzia a forma escrava de exploração do homem coexistindo e colaborando para o sustento do nascente capitalismo.

Mercado externo, mercado interno: porque trabalho escravo e não assalariado?

A investida no Brasil sustentou o comércio e produção de açúcar, necessidade de consumo no velho mundo por sua utilidade conservante e adoçante. O espaço propício para a produção, sem dúvidas veio a ser o novo mundo, em particular as terras brasileiras. As relações escravas de trabalho não criaram condições de um mercado interno que promovesse e desenvolvesse a empresa nativa, por ser colônia de Portugal, mantinha como objetivo suprir as necessidades da coroa, que já não tinha mais em suas terras europeias condições materiais de reproduzir seu povo. Assim toda a produção era controlada e determinada pela corte, a produção da vida na Colônia tivera sob o controle do Estado Lusitano na produção alimentar, na disciplina e ordem da organização social e empresarial.

Conforme mostra Caio Prado¹¹ os conflitos entre a forma de utilização do solo, caracterizando o Brasil já como monocultor – conflito entre Estado fazendeiros produtores de cana e produção alimentar no caso a mandioca -. Evidencia-se que o povoamento e suas atividades produtivas a articulação política da Coroa nos diferentes espaços territoriais do Brasil, que por sua diversidade natural representa diferentes maneiras de dominação; cana ao sul/sudeste; minérios ao centro; pecuária ao norte/nordeste; e extrativismo ao norte. Portanto a própria materialidade das relações econômicas e políticas obrigava contraditoriamente ao movimento hegemônico internacional em se tratando de relações de trabalho, à escravidão e da subordinação da produção nativa a exportação.

E o trabalho escravo, ainda que residual as colônias, era altamente rentável, movimentava a economia no âmbito da circulação criando condições de lucro, resultado do tempo de trabalho 24 horas explorado e também apropriado externamente, além de, mediante relações jurídicas e creditícias, proporcionar largos e vantajosos rendimentos e status. E nesse tempo, o arremedo de trabalho livre que existiu no Brasil, criou-se calçada nas condições subjetivas e objetivas de privilégio, fundada no patriarcado e na organização aristocrática dos poderes e propriedades

11 JUNIOR. Caio Prado. História econômica do Brasil. Brasília: Editora Brasiliense, 1987, 37ª. edição. Cap. 3 a 5. p. 24-46.

como bem apresentado por Darcy Ribeiro¹² ao investigar a formação da consciência de classe do povo brasileiro e os identificar germinalmente nos patamares ideológicos da nobreza.

12 RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a Civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. P. 237.